

No artigo que assina em julho de 2021, Putin deixou claro que na sua grande estratégia para o espaço pós-soviético a Ucrânia é uma peça fundamental. Isto não é novo. 2014 assim o demonstrou, bem como várias estratégias de segurança, doutrinas militares e conceitos de política externa o sublinharam. O que é novo é a clara afirmação – mais tarde acompanhada da ação militar – de que “a verdadeira soberania da Ucrânia só é possível em parceria com a Rússia”, reescrevendo a história deste país, que Putin não considera poder existir de forma autónoma dada a “união histórica de russos e ucranianos”, como escreve. A inabilidade da Rússia de exercer poder de atração no espaço pós-soviético, onde não tem poder ilimitado, levou a uma política de poder musculada e ao uso da força. O grande projeto de recuperação de estatuto e prestígio, associado ao reconhecimento de influência no espaço pós-soviético, revelou-se, no entanto, desafiador. O contexto mais alargado em que se dá a escalada de violência passa pela contestação da ordem internacional, e em particular da ordem de segurança europeia, que Putin entende não só foi excluindo a Rússia, como se tornou ameaçadora nos sucessivos alargamentos da Aliança Atlântica. As exigências feitas em dezembro de 2021 no sentido de reverter a presença militar NATO nos países que aderiram desde 1997, e reverter ainda a sua política de “porta aberta”, demonstram um curso revisionista, onde a Ucrânia se assume como um meio e um fim nos desígnios do Kremlin. No seu discurso de 21 de fevereiro, quando reconhece a independência de Lugansk e Donetsk, Putin volta a sublinhar argumentos históricos a par da manifestação de vontade das populações locais, limitadas no exercício dos seus direitos. Com esta ação, a grande estratégia de Putin

de diminuir a Ucrânia no exercício da sua soberania parece ganhar em duas frentes, em particular: por um lado, na impossibilidade do governo de Kiev de controlar todo o seu território, e por outro, nas dificuldades adicionais de um potencial processo de adesão à NATO, bloqueado pelo conflito ‘congelado’ que se materializa, também com a presença de forças russas de “manutenção da paz” nestes territórios. Com esta ação, a Rússia de Putin concretizava a política de desestabilização da Ucrânia, enterrando os Acordos de Minsk, aumentando a pressão sobre a NATO e a UE, enviando sinais de aviso a outras repúblicas no espaço pós-soviético. Os ganhos de curto prazo pareciam assegurados. Mas Putin não parou. A narrativa adensou-se com os objetivos de “desnazificação” e “desmilitarização” da Ucrânia, que traduzem de forma agressiva a negação da independência ucraniana aos olhos do Kremlin, como evidenciado na invasão da Ucrânia a 24 de fevereiro. Uma opção que deixa poucas opções, o que é pouco usual no planeamento estratégico calculado de Putin. Uma opção que questiona em absoluto todos os ganhos que Putin foi alcançando através da sua grande estratégia revisionista. A Rússia de Putin perde em várias frentes. Perde na dimensão externa, onde toda a narrativa falseada é claramente descredibilizada nestas ações agressivas, evidenciado na condenação internacional da invasão – veja-se o resultado da votação da Resolução de 2 de março na Assembleia Geral das Nações Unidas, a condenar a “operação militar especial” russa na Ucrânia, com 141 membros a apoiarem a mesma, e apenas quatro países a votarem ao lado da Rússia –, no isolamento crescente da Rússia, incluindo através das sanções impostas, nas denúncias

das atrocidades cometidas. Perde na dimensão doméstica onde o regime de Putin não previu uma resposta do Ocidente tão dura, enfrentando agora uma crise económica e social séria, onde demonstrações de descontentamento popular face a um regime cada vez mais repressivo se têm repetido. E perde no seu objetivo maior de consolidação de estatuto e prestígio internacional. Putin retirou toda e qualquer legitimidade aos seus argumentos de exclusão da ordem de segurança europeia, tornando-se a sua maior ameaça. Como Sarotte escrevia recentemente, Putin ensaiou o requiem para o espaço pós-soviético.

Zeitenwende: a Mudança na Política de Defesa da Alemanha

Patricia Daehnhardt

Assessora do IDN e Investigadora Integrada do IPRI-NOVA.

No seu discurso na sessão extraordinária no Bundestag, em 27 de fevereiro, três dias depois do início da invasão russa da Ucrânia, o chanceler alemão, Olaf Scholz, condenou ‘a Guerra de Putin’ como ‘um ataque injustificável a um país independente, à ordem de paz na Europa e no mundo’ e anunciou que a Alemanha vai mudar a sua política de defesa para ‘defender uma Europa livre e aberta, justa e pacífica’. Com isto, o chanceler quebrou com duas linhas políticas tradicionais da Alemanha, primeiro, na política de defesa, de relutância militar, e segundo, na política face à Rússia. Com isto, inaugurou uma *Zeitenwende*, um ponto de viragem histórico, ao qual a Alemanha, em conjunto com os seus parceiros e aliados na União Europeia e na NATO, estão a responder com ‘determinação e unidade’ face à Rússia.

A semana em que a política de segurança e de defesa da Alemanha mudou começou na noite de 22 de fevereiro quando Scholz declarou que a Alemanha, depois de muita hesitação de Berlim e de pressão dos Estados Unidos, iria finalmente suspender o processo de certificação do gasoduto Nordstream II como resposta ao reconhecimento unilateral da Rússia, na véspera, das Repúblicas separatistas de Lugansk e Donetsk. No sábado, e em resposta ao início da Guerra na Ucrânia dois dias antes, Scholz pôs fim à política restritiva quanto ao envio de armamento defensivo para regiões em conflito quando anunciou o envio de armamento militar alemão para a Ucrânia: 1.000 armas antitanque, 500 mísseis terra-ar *Stinger*, 14 veículos blindados e 10.000 toneladas de combustível. Mas a reviravolta na política de defesa alemã – uma mudança de 180 graus – teve o seu auge e culminou no domingo quando numa sessão extraordinária do Bundestag, o novo chanceler, no poder há três meses, anunciou uma mudança inesperada que dará início ao que alguns especialistas consideram ser uma revolução na política de defesa alemã com a quebra de vários tabus julgados intocáveis. No discurso, Scholz anunciou as medidas que a Alemanha iria adotar para travar a ‘guerra de Putin’, neste ‘conflito entre Putin e o mundo livre’. Após semanas de hesitação, quando as críticas do governo alemão à Rússia não foram suficientemente explícitas, quando não houve um claro posicionamento quanto ao Nordstream II e quando o apoio à Ucrânia foi tépido porque condicionado pela posição face a Moscovo, Olaf Scholz definiu agora a Alemanha como potência fiável e responsável. Importa sublinhar cinco observações. A primeira observação é que se tratou

de um discurso histórico que define a viragem na política de defesa alemã. Num discurso amplamente apoiado pelos três partidos da coligação governamental, o SPD, os Verdes e o FDP assim como pela CDU/CSU, maior partido da oposição, Scholz anunciou que será criado um fundo especial com um montante único de 100 mil milhões de euros para projetos de armamento e a modernização das *Bundeswehr* (Forças Armadas), e que a Alemanha irá investir a partir de agora mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) na defesa. Até agora o investimento em defesa rondava os 1,4%, num equivalente de cerca de 45 mil milhões de euros, o que sujeitava sucessivos governos alemães a críticas dos seus parceiros da NATO por a Alemanha não atingir os 2% do PIB acordados na cimeira da NATO no País de Gales, em setembro de 2014, depois da anexação russa da Crimeia. Agora, em pouco tempo, o orçamento militar passará de 50 biliões de euros para cerca de 70 biliões de euros. Na cooperação de projetos de defesa, Scholz considerou ser a principal prioridade a construção da próxima geração de aviões de combate e tanques juntamente com parceiros europeus, nomeadamente a França. Em termos de aquisição de capacidades, Scholz anunciou avanços na aquisição de drones armados, na substituição dos aviões de caça Tornado e provável aquisição dos caças F-35, e a contínua participação no acordo de partilha nuclear. Na segurança energética, o chanceler assegurou que o governo iria diminuir a dependência alemã das importações de fornecedores individuais de energia, através da aquisição, com a UE, de gás natural adicional nos mercados mundiais, do aumento do volume de armazenamento de gás natural e da decisão de construir dois terminais de

gás natural liquefeito, em Brunsbüttel e Wilhelmshaven, assim como a adoção de um pacote de ajuda à população devido ao aumento dos preços da energia.

Na realidade, com este conjunto de medidas o chanceler alemão anunciou a mudança que especialistas esperavam pelo menos desde 2014: o investimento numa força militar alemã mais moderna e capaz para no futuro responder aos crescentes desafios numa ordem euro-atlântica radicalmente nova assim como a redução da excessiva dependência da Rússia no fornecimento energético. Mas a forma como o fez, após semanas de críticas dos aliados de que a Alemanha não estaria a tirar as consequências das ações cada vez mais agressivas da Rússia face à Ucrânia, gerou aprovação junto da maioria dos aliados europeus, mesmo que houvesse quem considerasse a resposta tardia no contexto atual. Mesmo que o alcance dos 2% dos gastos militares e a modernização da *Bundeswehr* não tenham impacto direto sobre a Guerra na Ucrânia, a Alemanha reconhecia agora o poder militar como um dos instrumentos importantes na defesa dos interesses do Estado e normalizava assim a sua política de defesa ao torná-la menos constrangida pelos pressupostos que caracterizavam a Alemanha até então como uma potência civil.

A segunda observação é que a Guerra na Ucrânia despoletou uma *Zeitenwende*, um ponto de viragem, na forma como a Alemanha olha para o seu papel na segurança europeia face ‘à agressão de Putin’. Como Scholz afirmou, ‘A guerra de Putin marca um ponto de viragem, também para a nossa política externa’. Por outras palavras, terminou a era de ilusão da Alemanha unificada de que a ordem do pós-Guerra Fria, criada a partir de 1989 e assente em pressupostos de

estabilidade, negociação e codificação, era uma ordem pacífica, duradoura e aceite por todas partes. O discurso de Scholz reconheceu o fim dessa ordem de paz na Europa e sinalizou as medidas que o seu país irá assumir para se reposicionar no novo contexto de segurança europeu. Para o efeito, a Alemanha anunciou o reforço do seu papel na NATO na defesa do território dos Estados-membros do Leste europeu: o aumento do número de tropas alemãs na Lituânia, onde lidera um batalhão multinacional da NATO no âmbito da Enhanced Forward Presence desde 2017; o alargamento da missão de policiamento aéreo na Roménia; a participação na nova unidade da NATO que se irá constituir na Eslováquia; o aumento do número de navios da marinha alemã na proteção do Mar do Norte, do Mar Báltico e do Mar Mediterrâneo; e a participação na defesa do espaço aéreo dos aliados na Europa Oriental, com mísseis de defesa aérea, justificam este novo papel da Alemanha.

A terceira observação, decorrente da segunda, é que a posição da Alemanha mudou de forma irreversível face à Rússia. Berlim tirou as consequências e aceita agora que se entrou numa ordem confrontacional com a Rússia, numa nova ordem pós-pós-Guerra Fria, despoletada por Moscovo com um conflito armado contra um Estado soberano seu vizinho. A política da Alemanha para a Rússia mudou irreversivelmente: o papel tradicional da Alemanha enquanto moderadora entre a Rússia e o Ocidente terminou e o impacto que a agressão russa sobre a Ucrânia está a ter sobre a perceção da opinião pública alemã face à Rússia é provavelmente maior e mais duradouro do que se julgava ser possível, pela dimensão da catástrofe humanitária e grau de destruição da guerra russa na Ucrânia,

e pelo medo de uma agressão militar russa a outros Estados, incluindo a própria Alemanha. O velho princípio alemão de que a segurança europeia era indivisível e que o sistema de segurança europeu só poderia ser construído com a Rússia deixou de vigorar e o dano reputacional para a Rússia será duradouro. A Alemanha deixou de acreditar nas premissas que orientavam a sua *Ostpolitik* desde finais da década de 1960, de que a transformação e democratização da Rússia através do *Wandel durch Handel* – transformação através do comércio – e de parcerias de modernização que aproximaria a Rússia à Europa numa ordem de segurança euro-atlântica estável e institucionalizada seria possível. O discurso de Scholz reconhece o fracasso desta política alemã para a Rússia. A Alemanha deixou de considerar a Rússia um parceiro relevante para uma ordem europeia de estabilidade e cooperação e aceita que a Rússia passou a ser adversária da Alemanha e da Europa, por prosseguir a construção de uma ordem confrontacional onde o Conselho NATO-Rússia, criado em 2002 tem pouca utilidade. Agora, a Alemanha advoga a punição e o isolamento internacional da Rússia, em conjunto com os seus parceiros e aliados. Apoiou o pacote de sanções da UE – a uma escala de abrangência sem precedentes na história de sanções a um Estado – desde a exclusão dos principais bancos russos do sistema de pagamento bancário internacional SWIFT, congelamento de reservas em moeda estrangeira do Banco Central russo, corte do financiamento a bancos e empresas estatais russos, proibição de exportação de tecnologia de ponta para a Rússia, aplicação de medidas punitivas contra o presidente Putin e oligarcas russos e os seus

investimentos na UE, ao fecho do espaço aéreo a aeronaves russas. A quarta observação prende-se com a mudança na opinião pública alemã disposta a acompanhar esta redefinição em temas que durante muitos anos foram altamente controversos. De acordo com o *ARD-Deutschlandtrend*, 65% dos inquiridos apoia a adoção do fundo de 100 mil milhões de euros para a modernização da *Bundeswehr*, contra 27% que se opõe. Sobre a posição da Alemanha na Guerra na Ucrânia, 61% apoia as decisões do governo de fornecimento de equipamento e armamento alemão a Kiev e 83% considera que a NATO é importante para a manutenção da paz na Europa. Antes da invasão, a 10 de fevereiro, 75% dos alemães eram contra o envio de armamento para a Ucrânia. A maioria dos alemães rejeita a admissão da Ucrânia à NATO durante os próximos anos. Mas quanto à adesão a longo prazo da Ucrânia na UE, 63% apoiam a pretensão, contra 26% que se opõe. Esta aceitação da opinião pública de um maior investimento em defesa militar não pode, contudo, separar-se do atual contexto de guerra na Ucrânia, pelo que o apoio que existe de momento pode a médio prazo desvanecer e revelar diferenças também entre os partidos representados no Bundestag e na própria coligação tripartidária, e dificultar a mudança em curso. A quinta e última observação é que esta nova política alemã irá alterar o equilíbrio entre as potências europeias, e nomeadamente entre a Alemanha e a França, já que ao alcançar os 2 % do PIB a Alemanha torna-se a principal potência militar na Europa continental democrática. O *pivot* norte-americano para o Indo-Pacífico, temporariamente desacelerado pela Guerra na Ucrânia, coloca a Alemanha numa responsabilidade acrescida, mesmo que os europeus, a começar

pela Alemanha, queiram assegurar a contínua proteção do guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos. Isto irá dar início a novos debates internos e nos Estados vizinhos sobre a defesa europeia, incluindo sobre a questão se a Alemanha se deve tornar uma potência nuclear, uma vez que no continente europeu, ter apenas a França com capacidade de dissuasão nuclear não será suficiente para dissuadir potenciais agressões. Se por um lado, as ações da Rússia levaram a uma maior cooperação, coordenação e união transatlântica, que contrasta com as falhas provocadas pela retirada apressada do Afeganistão e o acordo AUKUS, no verão de 2021, a mudança alemã reconhece que, a longo prazo, os tempos dos EUA como 'pacificador da Europa' estão a chegar ao fim. Precisamente porque a Europa não tem capacidade para se defender a si própria sem o aliado americano, mesmo através do reforço do pilar europeu da NATO, recai sobre todos os aliados europeus, mas principalmente sobre a Alemanha, uma responsabilidade acrescida de sair da sua zona de conforto na defesa. O discurso sobre a *Zeitenwende* de Scholz assume que a Alemanha irá tornar-se uma potência militar, e a Estratégia de Segurança Nacional que a Alemanha pretende adotar ainda este ano deverá consolidar essa mudança. Na prática, terá de averiguar-se se há condições para a implementação das políticas anunciadas para que a nova retórica seja seguida por ações concretas para a construção da nova ordem de segurança e defesa europeia que será mais confrontacional, politicamente, economicamente, energeticamente e militarmente.
